



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO N.º 001/2022

Processo Administrativo nº 516.110/2022

O MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação devidamente constituída pela portaria GP 002/-06/Jan/2022, Publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 06/01/2022. leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, do tipo menor preço, por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei n.º 8.666/93, ratificada pela Lei n.º 8.883/94 e todas as disposições contidas no Capítulo V, da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações posteriores, bem como pelas condições específicas desta TOMADA DE PREÇOS, em conformidade com a autorização constante do Processo respectivo instaurado na municipalidade.

Na data, hora e local abaixo indicados serão entregues os 02 (Dois) envelopes contendo a Documentação de Habilitação e Proposta de Preço, dando-se início, nesta mesma sessão, à abertura dos envelopes de documentação e, em seguida, não havendo recurso, os de Proposta de Preço, observado o disposto no inciso III do artigo 43 da Lei n.º 8.666/93.

DATA: 04/07/2022 HORA: 09:00 hs

LOCAL: SALA da CPL, localizada na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Senador Dinarte Mariz, N°228, Centro, Passagem/RN, ATRAVÉS DE SESSÃO REMOTA NO APLICATIVO DE REUNIÕES ZOOM MEETING.

Justificativa para realização da sessão remota: tendo em vista a situação de pandemia do COVID-19, o município editou o Decreto 015/2021, de 05/03/2021 que dispõe sobre a adoção de medidas para a continuidade dos procedimentos de licitação e a realização de suas respectivas sessões por meio remoto, no âmbito do Poder Executivo Municipal, onde as empresas ou pessoas físicas que desejarem participar da sessão pública devem enviar solicitação através do e-mail cplpassagemrn@gmail.com, que ficará como responsável o os membro da CPL como forma de evitar aglomerações e consecutivamente o contágio do Corona Vírus. O aplicativo de reuniões que será utilizado será o Zoom Meeting. No entanto, se faz necessários que os envelopes sejam PROTOCOLADOS NA CPL NA DATA E HORÁRIO ACIMA.

Observação: Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local, salvo disposições em contrário.

01 – OBJETO

1.1 O objeto da presente Licitação – Modalidade TOMADA DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM SUPERFICIAL DE DIVERSAS RUAS NA COMUNIDADE RURAL DO MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

Constitui o objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para executar obras e serviços de engenharia na pavimentação em paralelepípedo em ruas do município de Passagem:

1.2 Compõem o presente processo, independentemente de transcrição:

1.2.1 - Minuta do Contrato de Empreitada Por Preço Unitário – Anexo I;

1.2.2 - Modelos de declarações – Anexos II, III, IV, V, VI.

1.2.3 - Planilha orçamentária – Anexo VII

1.2.4 - Cronograma físico-financeiro – Anexo VIII

1.2.5 - Planilha de composição de custos unitários CCU - Anexo IX

1.2.6 - Composição de BDI – Anexo X

1.2.7 - Memorial descritivo e Especificações técnicas – Anexo XI

1.2.8 – Projeto arquitetônico básico – Anexo XII

02-DA RETIRADA DO EDITAL E DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. O presente edital poderá ser retirado na Salada CPL, ou através do E-mail: cplpassagemrn@gmail.com ou através do site <http://licitafacil.tce.rn.gov.br/#/>.

2.2. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível como objeto desta licitação.

2.3 Não poderão participar desta licitação:

2.3.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.3.3 interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão ou a entidade responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;

2.3.4 entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.5. interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

2.3.6. O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

2.3.7. entidade empresarial responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

2.3.8. servidor ou dirigente deste(a) órgão ou entidade ou responsável pela licitação;

2.3.9. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

2.3.10. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.4. Que seja prestada garantia de participação de 1% do valor da planilha quer e apresenta o orçamento básico, nas modalidades admitidas na legislação vigente:

2.4.1. A licitante poderá optar por uma das seguintes modalidades de “Garantia de participação”: Caução em dinheiro ou título da dívida pública, Seguro Garantia ou Fiança bancária;

2.4.2. A garantia de participação escolhida pelo licitante deverá compor a documentação de habilitação, integrante do Envelope 1.

2.4.4. Optando por Caução em dinheiro, a licitante deverá fazer o pagamento no órgão arrecadador



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

do Município (Secretaria Municipal de Finanças), através do Documento de arrecadação Municipal (DAM), o mesmo será depositado pelo órgão arrecadador na conta nº51020-3, agência:1366-8, sendo que o valor respectivo será devolvido aos licitantes, após a conclusão do certame.

2.4.5. Caso a modalidade de garantia escolhida seja a “Fiança Bancária”, a licitante entregará o documento, no original, fornecido pela instituição que concede, do qual deverá, obrigatoriamente, constar:

I – Beneficiário: Município de PASSAGEM(RN);

II – Objeto: Garantia da Participação na Tomada de Preços nº001/2022;

III – Valor: R\$ 2.835,84 (dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos)

IV – Prazo de Validade: 60 (sessenta) dias;

2.4.6. Caso a modalidade da Garantia seja o “Seguro Garantia”, a Licitante deverá fazer a comprovação da apólice ou documentação hábil expedida pela seguradora, cuja vigência será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento dos envelopes;

2.4.7. Caso seja em “Títulos da Dívida Pública” deverão estes ser apresentados nos originais com laudo pericial e certificação pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

2.4.8. No caso da garantia apresentada pela concorrente ganhadora do pleito vencer-se antes da assinatura do contrato respectivo, esta deverá ser prorrogada;

2.4.9. Qualquer manifestação em relação à legalidade da presente licitação ou credenciamento para as seções de abertura e julgamentos dos envelopes 01 e 02, fica condicionada à apresentação de documento de identificação e Instrumento Público de Procuração ou Instrumento Particular, com firma reconhecida da parte que provocar, acompanhado dos documentos constitutivos da empresa licitante bem como os documentos de identificação dos Sócios. Em sendo sócio, dirigente, proprietário ou assemelhado, deverá apresentar cópia do Contrato Social e documento de identidade.

2.4.10. todas as empresas licitantes devem apresentar a declaração que cumpre plenamente os requisitos de habilitação fora dos envelopes de Habilitação e proposta de preço, conforme o anexo IV.

2.4.10. A não apresentação ou incorreção do documento de que trata o subitem 4.4.9 não inabilitará a licitante, mas impedirá o seu representante de se manifestar sobre os atos praticados e responder pelas mesmas.

2.4.11. Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

03 –HABILITAÇÃO

3.1. Relativamente a Habilitação, as empresas participantes deverão apresentar, nos termos das exigências contidas no presente instrumento, documentos necessários a essa etapa do certame.

3.1.2. Como condição previa para habilitação o presidente ou membro da CPL, irá consultar a certidão de inexistência de penalidades do TCU através do link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> - Consulta consolidada de pessoa jurídica.

3.1.3 Relativamente a Habilitação, as empresas participantes deverão apresentar, nos termos



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

das exigências contidas no presente instrumento, documentos necessários a essa etapa do certame.

3.2. Os Documentos exigidos, para habilitação jurídica, são os seguintes:

- 3.2.1. Registro Geral e dos sócios e Identidade profissional dos responsáveis técnicos no CREA;
- 3.2.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 3.2.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e aditivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado da sede da empresa, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentação de eleição de seus administradores;
- 3.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 3.2.5. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

3.3. Regularidades fiscal e trabalhista:

- 3.3.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 3.3.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente ato dos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 3.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 3.3.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 3.3.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 3.3.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.
- 3.3.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 3.3.8. caso a licitante seja considerada isenta de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou de sua sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 3.3.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempreendedor individual, microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 3.3.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de **05 (Cinco) DIAS ÚTEIS**, contados da decisão da CPL que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, bem como emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme dispõe a Lei complementar 123/2006.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

3.4. Os Documentos exigidos, para habilitação técnica, são os seguintes:

3.4.1. Qualificação Técnica. Todos os licitantes, credenciados ou não, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº1:

3.4.1.2. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade;

3.4.2. Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível com o objeto desta licitação nos itens mais relevantes da Planilha orçamentaria Anexo VII .

3.4.3. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual;

3.4.4. Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico–CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços, compatíveis com o objeto desta licitação nos itens mais relevantes da Planilha orçamentaria Anexo PDF;

3.4.5. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante esagre vencedor do certame.

3.4.6. No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

3.5 Qualificação Econômico-Financeira.

3.5.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação.

3.5.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, autenticado e registrado na Junta Comercial do Estado da sede da licitante, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

3.5.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

3.5.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

3.5.5. A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), solvência geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **com resulta do igual ou superiora 1**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, que deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço e assinado pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVOS TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

3.6 Apresentação de DECLARAÇÕES

3.6.1 **Declaração que o licitante** concorda com todas as normas determinadas através deste edital, anexo

3.6.3 **Declaração do licitante** de que não existe qualquer impedimento de licitar com a administração pública, Anexo II.

3.6.4 **Declaração formal** de que a licitante não possui menores trabalhando, conforme determina o inciso XXXIII, art. 7º. da Constituição Federal, Anexo III.

3.6.5. **Declaração expressa** de que a empresa conhece as características dos serviços a serem executados bem com os locais de sua execução, Anexo IV.

3.6.6. **Declaração expressa** de que a empresa conhece as características dos serviços a serem executados bem com os locais de sua execução, Anexo V.

3.6.7. **Declaração de inexistência de servidor público** do Município de PASSAGEM-RN, anexo VI.

3.6.8. **Certificado de Registro Cadastral – CRC** (o CRC deverá ser emitido até 2 (dois) dias úteis antes do dia da sessão pública).

3.6.9. **Certidão de Adimplência** expedida pelo Setor de Finanças, atestando que o interessado a participar do presente certame licitatório não está declarado inadimplente por esta Administração Municipal.

3.6.10. Os documentos exigidos deverão estar em nome do licitante, constando o nº do CNPJ/MF, preferencialmente com endereço respectivo, não sendo permitida a apresentação de documentos com endereços e CNPJ divergentes, isto é, da matriz e filiais, com prazo vigente e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório competente, ou por servidor integrante da Comissão Permanente de Licitação do Município, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil a abertura deste certame, ou mediante publicação em órgão de imprensa oficial;

3.6.11. Os documentos que se faça necessário prazo de validade e, o mesmo não conste no referido



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

documento, considerar-se-á a validade de 30 (trinta) dias, a serem contados da data de sua expedição.

3.6.12. Os documentos deverão ser entregues em separado da Proposta, em envelopes fechados, com suas folhas devidamente numeradas e rubricadas, contendo as seguintes indicações:

3.6.13. A comissão de licitação poderá solicitar parecer técnico dos profissionais contratados pelo município ou pelos profissionais responsáveis pela elaboração do presente projeto executivo, a fim de comprovar a capacidade técnica das empresas licitantes.

ENVELOPE N.º 01

(identificação da empresa)

LICITAÇÃO N.º 001/2022 – TOMADA DE PREÇOS HABILITAÇÃO

DOCUMENTAÇÃO

37. Serão consideradas inabilitadas as licitantes que deixarem de apresentar a documentação solicitada ou a apresentarem com vícios, sendo-lhe devolvido, lacrado o envelope N.º 02 (PROPOSTA).

38. Em caso de manifestação de interposição de recurso contra ato de habilitação ou inabilitação de qualquer licitante, a Comissão Permanente de Licitação suspenderá os trabalhos e após esgotados os prazos recursais, designará, nova data para abertura dos envelopes “PROPOSTAS”.

04 - DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas serão entregues em envelopes fechados, contendo as seguintes indicações:

ENVELOPE N.º 02

(identificação da empresa)

LICITAÇÃO N.º 0012/2022 – TOMADA DE PREÇOS PROPOSTA

4.2. Somente serão abertas e lidas, na presença dos interessados, as propostas dos licitantes previamente habilitados nos termos desta licitação, as quais deverão ser datilografadas ou impressas por processo eletrônico, e apresentadas em 2 (duas) vias, numeradas, rubricadas em todas as folhas, carimbas e assinadas na última pelo responsável técnico, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, especificando o Objeto de forma clara e inequívoca, e ainda contendo:

4.2.1. A razão social, endereço e o n.º do CNPJ.

4.2.2. O prazo para a execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, contados da data da autorização para o seu início, assinatura do contrato e/ou emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado conforme necessidade.

4.2.3. O preço total dos serviços, cotado em moeda nacional, em algarismos e por extenso, com a inclusão de todas as despesas, tais como: material, mão-de-obra, transporte, impostos, equipamentos e demais despesas incidentes ou que venham a incidir direta ou indiretamente na execução dos serviços. Ocorrendo divergências entre os valores, prevalecerão os escritos por extenso.

4.2.4. O prazo de validade da Proposta não inferior a sessenta (60) dias, contados da data de sua apresentação, observado o disposto no § 3º, art. 64, da Lei n.º 8.666/93.

4.2.5. Anexar planilha orçamentária, contendo as quantidades dos serviços, as unidades, o valor



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

unitário de cada serviço, o valor total de cada item e o valor global da proposta, este em algarismo e por extenso.

4.2.6. Anexar cronograma físico-financeiro

4.2.7. Apresenta o detalhamento dos componentes de Benefícios e Despesas Indiretas – BDI e dos respectivos percentuais praticados.

4.2.8 Apresentar a planilha detalhada de Custos e de Composição dos preços da proposta apresentada, bem como a composição de encargos sociais.

4.3. Após a fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

4.4. Serão desclassificadas as propostas que tenham sido feitas em desacordo com as disposições da presente Licitação, bem como as que contemplem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, assim como não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste Instrumento Convocatório.

4.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada, quanto a seu mérito, a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento ou quaisquer outras que importem em modificação dos seus termos originais.

4.6. As propostas deverão apresentar preços correntes no mercado, conforme previsto no artigo 43, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

4.7. Os preços unitários e global não poderão ser superiores aqueles dispostos no Orçamento Básico, sob pena de desclassificação.

05 - DO PROCEDIMENTO

5.1. Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTAS deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, até o dia, hora e local indicados, devendo os trabalhos obedecer a seguinte ordem:

5.1.1. Conferência da documentação recebida até o horário marcado, prevista no item 2.1.7 desta TOMADA DE PREÇOS com vistas à habilitação do representante legal das licitantes.

5.1.2. Abertura dos envelopes para verificação dos documentos, os quais ficarão à disposição das licitantes presentes, para exame erubrica.

5.1.3. Após conferida e apreciada a documentação, sempre que possível, serão anunciadas as licitantes habilitadas e as inhabilitadas na licitação.

5.1.3.1. Não havendo possibilidade de apreciação imediata da documentação, a Comissão suspenderá os trabalhos e divulgará o resultado da habilitação na imprensa oficial.

5.1.4. Devolução dos envelopes fechados às licitantes inhabilitadas, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após a sua denegação.

5.1.5. Abertura dos envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, após transcorrido o prazo recursal ou, após manifestação de desistência expressa da interposição de recurso.

5.1.6. Julgamento e classificação das propostas de acordo com os critérios constantes desta TOMADA DE PREÇOS, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem aos requisitos do mesmo e apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis.

5.1.7. Será facultada à Comissão Permanente de Licitação, ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

processo, vedada à inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

06 - DO JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

6.1. O julgamento das propostas será realizado em conformidade com o tipo de licitação mencionado no inciso I, parágrafo primeiro, art. 45, da Lei n.º 8.666/93 (menor preço).

6.2. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será garantida a preferência aos bens e/ou serviços produzidos no município.

6.3. Na hipótese de persistir o empate a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas.

6.4. A Comissão Permanente de Licitação publicará na imprensa oficial as decisões.

6.5. A firma adjudicatária deverá receber a respectiva Nota de Empenho ou assinar o instrumento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após esgotados os prazos recursais, contados da publicação do julgamento na Imprensa Oficial, ou da comunicação direta aos prepostos das licitantes, lavrada em ata, conforme disposições constantes do art. 64, e parágrafos 1º a 3º, da Lei n.º 8.666/93.

6.5.1. Antes da retirada da respectiva Nota de Empenho ou Ordem de Serviço, ou ainda da assinatura do instrumento contratual equivalente, será lavrado o ato adjudicatório, com fechamento total do processo respectivo, por parte da Autoridade Superior, no caso, o Prefeito do Município.

07 - DAS OBRIGAÇÕES DA FIRMA CONTRATADA

7.1 A firma contratada para prestar os serviços objeto da presente Licitação obrigará-se a:

7.1.2 A empresa contratada deverá apresentar garantia de execução no valor de 5% da proposta vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato. Essa garantia deverá abarcar todo o prazo de vigência e execução do contrato, estendendo-se até o recebimento definitivo da obra que se dará após 200 (duzentos) dias, contados do recebimento provisório.

7.1.3. A empresa deverá providenciar os documentos descritos adiante, a fim de permitir o recebimento definitivo da obra, pela Administração:

7.1.3.1. "as built" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução;

7.1.3.2. comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;

7.1.3.3. laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra;

7.1.3.4. carta "habite-se", emitida pela prefeitura;

7.1.3.5. certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

7.1.3. Executar os serviços no prazo previsto em sua proposta.

7.1.4. Arcar com todas as despesas decorrentes dos serviços a serem executados, correndo por sua conta a utilização de ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços.

7.1.5. Utilizar exclusivamente pessoal habilitado à prestação dos serviços objeto desta Licitação.

7.1.6. Assumir inteira responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas com as pessoas envolvidas na execução dos serviços, quando não tiver qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

7.1.7. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

venham causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros, quando da execução dos serviços objeto desta TOMADA DE PREÇOS. A Contratante notificará a firma contratada para reparar o dano causado, no prazo que fixar.

7.1.8. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e quantificação exigidas na licitação.

7.1.9. Aceitar nas mesmas condições contratuais acréscimos ou supressões até o limite fixado no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.

7.1.10. Apresentar mensalmente, para viabilizar o pagamento das faturas, as certidões negativas que demonstrem a regularidade, com a fazenda pública, com a justiça do trabalho e com seus trabalhadores;

7.1.11. Permitir o livre acesso dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa.

08 - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1.A Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN designará um servidor para acompanhamento e fiscalização dos serviços sempre que necessário facilitando a supervisão e a fiscalização dos órgãos repassadores e concedentes, bem como permitir o livre acesso de servidores do sistema de controle.

09 - DO PAGAMENTO

9.1. Todos os pagamentos referentes a presente licitação obedecerão ao disposto na Resolução nº 032, de 01 de novembro de 2016, que dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamentos nos contratos firmados no âmbito das unidades jurisdicionadas do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

9.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome da adjudicatária através de ordem bancária.

10 - DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

101. Quando os serviços contratados ficarem inteiramente concluídos, de perfeito acordo com o presente certame e o instrumento contratual respectivo, dar-se-á o recebimento provisório dos mesmos de que trata a alínea a do Inciso I do art. 73, da Lei n.º 8.666/93.

102. O recebimento dos serviços, em definitivo, nos termos da alínea “b” do inciso I do art. 73, da Lei n.º 8.666/93, somente se efetivará após terem sido examinados e julgados sem perfeitas condições técnicas, pelo setor competente.

103. A licitante vencedora obriga-se a prestar os serviços, a que se refere esta licitação, de acordo estritamente com as especificações descritas nesta TOMADA DE PREÇOS, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.

11 - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

11.1 - O contrato terá prazo de execução de 180 (cento e oitenta) dias e a vigência de até 31/12/2022 a partir de 05 dias após o recebimento da ordem de serviços, mas ambos poderão ser prorrogados de conformidade com a legislação vigente.



12 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

12.1 – Não haverá reajustamento nos preços propostos, salvo, se por razões supervenientes, os prazos ultrapassarem o período de 12 (doze) meses a partir da data base e serão realizados conforme os procedimentos:

a) O índice de reajuste será o Índice Nacional de Custo da Construção Civil - INCC, da coluna 35, da Fundação Getúlio Vargas, publicada na revista Conjuntura Econômica;

b) A data base adotada será MÊS/ANO

c) Para o cálculo do reajustamento será utilizada a seguinte fórmula: $R = V \times I - I_0 =$

onde: I_0 - Valor do reajustamento calculado;

V - Valor contratual das obras ou serviços a serem reajustados;

I - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente a data do reajuste (12 meses da data base);

I_0 - Índice (INCC) da coluna 35 da FGV, correspondente à data base.

13 - DAS PENALIDADES

131. A não observância do prazo de execução dos serviços, pela adjudicatária, implicará em multa demorada 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total do empenho, até o limite máximo de 15 (quinze) dias, independentemente das sanções legais que possam ser aplicadas, de acordo com os arts. 86, 87 e 88, da Lei n.º 8.666/93, salvo se o prazo for prorrogado pela Administração.

132. A multa referida no subitem anterior será descontada do pagamento devido à contratada.

133. A licitante estará, ainda, sujeita às penalidades previstas nos arts. 90 a 97 da Lei n.º 8.666/93.

14 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

141. Dos atos da Administração, praticados na presente TOMADA DE PREÇOS, caberá recurso na forma do art. 109 da Lei n.º 8.666/93.

142. Por ocasião da habilitação e julgamento das propostas, estando todos os prepostos dos licitantes presentes à reunião em que for adotada a decisão e havendo concordância, poderá ficar consignada na Ata à desistência expressa ao direito de interposição do recurso previsto no art. 109, inciso I, alíneas a e b, consoante disposto no art. 43, inciso III, ambos da Lei n.º 8.666/93.

143. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo a responder pela firma.

15 - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

15.1. As despesas para o processamento e pagamento do objeto da presente TOMADA DE PREÇOS correrão à conta dos recursos próprios do Município:

Os recursos para a cobertura das despesas decorrentes da contratação dos serviços objeto desta Licitação serão oriundos do contrato de raepasse nº 913421/2021/MDR/CAIXA - dotação orçamentaria: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; PROJETO ATIVIDADE: 1018 – CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS; FONTE DE RECURSOS: 170000000; NAT./DESPESA: 44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES



16 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS EFORO

161. A participação nesta licitação implicará na aceitação integral e irrevogável das normas desta TOMADA DE PREÇOS, inclusive seus anexos.

162. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.

163. Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a presente Licitação serão prestados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, no horário das 8:00 às 13:00 horas.

164. Esta licitação poderá ser revogada, por interesse da Administração Pública decorrente de fato superveniente devidamente comprovado pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocações de terceiros, sem que os licitantes tenham direito a qualquer indenização, à exceção do disposto no art. 59 da Lei n.º 8.666/93, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

165. Decairá do direito de impugnar os termos da presente Licitação o Licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes de habilitação, falhas ou irregularidades que oviciaram.

166. É vedada a transferência, no todo ou em parte, para terceiros, do faturamento e respectiva entrega do bem licitado e que for adjudicado em consequência deste certame.

167. O atestado de que trata o item 3.4.4 deste Edital, deverá ser assinado pelo engenheiro responsável técnico da Empresa concorrente, sob pena de desclassificação desta, do presente certame.

168. A Prefeitura fornecerá aos Licitantes todos os elementos necessários ao atendimento do objeto pretendido.

169. Apresente TOMADA DE PREÇOS encontra-se a fixada, para conhecimento público, no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de PASSAGEM/RN, como também no Diário Oficial dos Municípios FEMURN.

1610. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Licitações.

1611. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro do Município de Passagem-RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PASSAGEM/RN, 14 de Junho de 2022.

Dikson Mesgrael Bezerra Junior
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO DE EMPREITADA

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE PASSAGEM/RN, E A EMPRESA

CONTRATO Nº

O MUNICÍPIO DE PASSAGEM - RN, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN, com sede à-Centro,...../RN, inscrita no CNPJ/MF sobo número....., doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representada por seu titular, Prefeito Municipal Sr....., nacionalidade, estado civil, capaz, residente e domiciliado em/RN., e de outra parte a empresa, estabelecida a Rua-...../XX, inscrita no CNPJ/MF....., representa da neste ato pelo Sr. (a). nacionalidade, estado civil, profissão, capaz, inscrito no CPF/MF sob nº....., residente edomiciliadoem/RN, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem ante as seguintes cláusulas e condições o seguinte:

CLÁUSULA 1a. - DO OBJETO E DOS RECURSOS FINANCIADORES

I - O objeto do presente contrato é a execução por regime de empreitada por preços unitários dos serviços de

CLÁUSULA 2a. - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

I - Fazem parte integrante deste contrato os documentos a seguir mencionados, cujos conteúdos são do conhecimento das partes contratantes e passam a integrar o presente instrumento, independentemente de transcrição:

- a) Especificações gerais constantes de planilhas de preços e quantitativos(orçamento).
- b) Planilha depreços.
- c) Licitação nº

CLÁUSULA 3a. - DO REGIME DE EXECUÇÃO

I - Os serviços serão executados em regime de empreitada por preços unitários, com o fornecimento de materiais por conta da CONTRATADA;

II - AexecuçãodoserviçosseráfiscalizadaporprepostodaCONTRATANTEdevidamentecredenciado junto à CONTRATADA para este fim, além de parte do ÓRGÃO CONCEDENTE, no caso da alocação de Recursos de Terceiros com a finalidadeespecífica.

III - A similaridade e/ou ausência de marcas não autoriza à CONTRATADA a aplicação de materiais e produtos, sem a devida apreciação da FISCALIZAÇÃO, que terá o encargo de definir pela conveniência da Secretaria.

IV - Quaisquer acréscimo de serviços inicialmente atribuídos ao orçamento da CONTRATANTE, quer decorrente de diferenças de quantitativos, quer da inclusão de itens não previstos estarão



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, N° 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

subordinados à prévia autorização, mediante celebração de necessário termo aditivo.

V - No caso de itens não previstos quando da assinatura do presente pacto, seus preços unitários serão apropriados pela CONTRATANTE, mesmo que esteja vencendo o prazo de validade da proposta da CONTRATADA.

VI - O recebimento dos serviços, provisoriamente, será efetuado mediante lavratura de termo de recebimento, comprovada a boa qualidade dos serviços, declarada pela FISCALIZAÇÃO da Prefeitura não desobrigando a Firma construtora dos eventuais reparos, correções, remoções, reconstruções ou substituições as suas expensas, no total ou em parte, do objeto deste contrato.

VII - O recebimento definitivo se dará sessenta dias (60) dias após o recebimento provisório, quando a CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE, declaração da FISCALIZAÇÃO confirmando o pleno funcionamento dos serviços realizados.

Parágrafo único - Constatando-se a existência de aparelhos, instalações ou outros serviços já em estado danificado, competirá a FISCALIZAÇÃO dirimir dúvidas quanto a culpabilidade do objeto da reclamação.

CLÁUSULA 4a. - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E RECURSOS ORÇAMENTARIOS

I - Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, a importância de R\$......().

II - Fica estabelecido que o preço indicado no inciso anterior, nele já estão incluídos os custos diretos e indiretos necessários à execução dos serviços, conforme as condições estabelecidas no projeto, especificações técnica e condições gerais do TOMADA DE PREÇOS, constituindo a única remuneração pelos serviços contratados.

III - O pagamento dar-se-á de conformidade com as medições a serem procedidas na obra e aferidas pela FISCALIZAÇÃO.

IV - A medição final dos serviços somente será paga quando da conclusão total dos serviços e procedido o termo de aceitação provisória dos serviços.

V - As despesas para o processamento e pagamento do objeto da presente TOMADA DE PREÇOS correrão à conta da emenda com contrato de repasse nº 913421/2021/MDR/CAIXA - dotação orçamentaria: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA; PROJETO ATIVIDADE: 1018 – CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS; FONTE DE RECURSOS: 170000000; NAT./DESPESA: 44.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

CLÁUSULA 5a. - DOS PRAZOS

I - Os serviços serão iniciados até 05 (cinco) dias após assinatura deste contrato e/ou emissão da ordem de serviços, tendo um prazo de execução de 180 (cento e oitenta dias) dias corridos, e com validade (Vigência) até XX/XX/XXXX, podendo ambas serem prorrogado conforme a legislação.

CLÁUSULA 6a. - DO REAJUSTE DE PREÇOS

I - Os preços contratados deverão ser apresentados em Moeda Corrente Nacional e poderá ter o reajuste conforme estabelecido na lei 8.666/93

CLÁUSULA 7a. - DAS GARANTIAS



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

I - dependendo do andamento dos serviços, a Prefeitura poderá exigir caução sobre as parcelas liberadas.

CLÁUSULA 8a. - DAS MULTAS

I - Rescindido este contrato por inadimplência da CONTRATADA, esta além da perda da caução inicial e seus reforços, pagará a CONTRATANTE uma multa de cinco por cento (5%) sobre o preço global dos serviços, sem prejuízo das reparações por perdas e danos via poder judiciário.

II - A CONTRATADA, ficará sujeita a multa diária correspondente a um por cento (1%) do valor total do contrato, pelo não cumprimento dos prazos adjudicados, bem como pela inadimplência de qualquer obrigação contratual aqui prevista, sendo o valor abatido na parcela subsequente a ser paga.

III - Decorridos, cinco (05) dias úteis que enseja a multa instituída no inciso anterior, a CONTRATANTE é facultada a optar por uma das seguintes alternativas:

a) Rescindir o contrato, independentemente da interpelação ou notificação judicial, ou extrajudicial, respondendo à CONTRATADA pelas perdas e danos daí decorridos, perdendo em favor da CONTRATANTE, a caução inicial, seus reforços e multa referida nesta Cláusula.

b) Exigir a execução do contrato sem prejuízo da cobrança de multa correspondente ao período total do atraso, respeitando o disposto no artigo 920 do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA 9a. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

• São obrigações da CONTRATANTE além das estipuladas no presente Contrato: I - Efetuar pagamento dos preços dos serviços, ora contratados, na forma prevista na Cláusula 4a. deste Contrato.

II - Exercer a FISCALIZAÇÃO dos serviços, através de fiscais credenciados pela Secretaria Municipal de Obras, tudo de acordo com o estabelecido neste contrato.

III - Fornecer à CONTRATADA toda a documentação integrante deste Contrato.

IV - Estabelecer fácil acesso para a discussão e definições que porventura fuja da competência da FISCALIZAÇÃO.

CLÁUSULA 10a. - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

• São obrigações da CONTRATADA, além das estipuladas no presente contrato;

I - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, os serviços defeituosos ou incorreções.

II - Afastar ou substituir qualquer empregado que comprovadamente e por recomendação da FISCALIZAÇÃO, causar embaraço à boa execução dos serviços

III - Colocar placas indicativas a fim de atender às exigências dos órgãos competente se SECRETARIA.

IV - Permitir o livre exercício da FISCALIZAÇÃO e visitação credenciada.

V - Concluindo os serviços da cláusula 1a. deste, a CONTRATADA deverá providenciar a remoção dos entulhos e detritos acumulados no local, considerando-se a mesma terminada quando estiver completamente limpa e depois de reparados os eventuais defeitos.

Parágrafo único - O material de construção reutilizável será enviado para o almoxarifado da Secretaria de Obras.

VI - Manter no canteiro, um Livro de Ocorrências, com as folhas numeradas e que seja recolhida no final dos serviços através da Fiscalização.

VII - Participar, por escrito, à CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que,



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

justificadamente, possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, em parte ou no todo, de acordo com o cronograma, sugerindo à CONTRATANTE as medidas necessárias para a solução do impasse.

VIII - Manter a vigilância no canteiro de obras e seus Pertences, local onde estará executando os serviços até sua entrega definitiva à CONTRATANTE.

IX - Assumir responsabilidade decorrente de danos ou compromissos financeiros a terceiros durante a execução dos serviços.

X - Aplicar material de primeira qualidade, obrigando-se à substituição de material defeituoso quando assim, apontar a FISCALIZAÇÃO.

XI - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação contidas no processo de licitação que originou este contrato, sendo a apresentação das certidões negativas condição para pagamento das medições.

CLÁUSULA 11a. - DA RESCISÃO CONTRATUAL

A CONTRATANTE poderá rescindir este contrato independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à CONTRATADA qualquer indenização ou reparo legal nas seguintes situações:

I - Deixar de iniciar os serviços ora contratados dentro do prazo de dez (10) dias úteis, a contar da expedição da ordem de serviço.

II - Paralisar os trabalhos, sem motivo justificado por mais de sete (07) dias úteis, facultando à CONTRATANTE o direito de rescisão do presente Contrato.

III - Ceder ou transferir, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem autorização por escrito da CONTRATANTE.

IV - Deixar de concluir os serviços dentro do prazo fixado neste Contrato, bem como executar os serviços estritamente de acordo com os projetos, cronogramas, especificações e ordens escritas pelo setor da CONTRATANTE.

V - Conservar no serviço, Mestre de Obras ou operários cuja permanência tenha sido julgada inconveniente pela FISCALIZAÇÃO.

VI - Descumprir ordem escrita de FISCALIZAÇÃO ou prejudicar a qualificação dos serviços, desviar-se do projeto e das especificações originais ou prestar informações inverídicas a FISCALIZAÇÃO.

VII - Entrar em regime de concordata, ainda que preventiva ou falência, bem como, em processo de concordata suspensiva ou de liquidação amigável ou judicial, ficando a CONTRATADA em quaisquer destas hipóteses, desobrigada de pagamento de qualquer reparação legal.

VIII - Declarada a rescisão, a CONTRATADA terá o direito de apenas ao recebimento das etapas concluídas e aprovadas pela FISCALIZAÇÃO, sem prejuízo ao estabelecimento neste Contrato.

IX - A rescisão será formalizada em termo lavrado na forma de legislação vigente, pela qual também se regerá a quitação das partes contratantes.

X - A rescisão do presente Contrato, por culpa da CONTRATADA, importa em ser considerada inidônea e impedida de licitar qualquer serviço junto à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções cabíveis, bem como na rescisão automática de outros Contratos porventura celebrados, ficando obrigada ao pagamento de indenização à CONTRATANTE, por danos e danos a serem apurados e de importância correspondente a cinco por cento (5%) sobre o valor do contratado, de mora e correção monetária contados da data das respectivas rescisões.

XI - Firmada a rescisão do Contrato, a CONTRATADA se obriga expressamente, como ora o faz, a entregar os serviços inteiramente desembaraçados e não criar dificuldade de qualquer natureza.

XII - Na hipótese de ocorrer a rescisão unilateral do Contrato, a CONTRATANTE, na mesma Portaria que fizer a declaração indicará uma Comissão composta no máximo de três (03) membros, dentre os servidores desta Prefeitura, para proceder o completo levantamento dos serviços realizados



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

pela CONTRATADA, do material existente no local dos serviços, bem como perdas e danos provocados pelo desinteresse ou inércia e insolvência da CONTRATADA.

XIII - Ocorrendo a rescisão deste Contrato, por culpa da CONTRATADA, a CONTRATANTE entrará na posse imediata de todos os serviços executados, bem como do aparelhamento e material existente no local, renunciando à

CONTRATADA ao direito de retenção sobre os mesmos, cabendo à CONTRATANTE proceder a uma vistoria e arrolamento, lavrado o competente termo na presença de três (03) testemunhas, para acordo final de contas.

CLÁUSULA 12a. - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Os serviços omitidos nas especificações somente serão considerados extraordinários e autorizados por escrito pela FISCALIZAÇÃO, ou serem cobrados quando os quantitativos não coincidirem com os das planilhas de preços, de conformidade com as medições procedidas.

II - A CONTRATADA não terá o direito a qualquer indenização a título de lucros cessantes, se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução dos serviços, por culpa sua, assegurando-se-lhe, porém no caso de rescisão do presente Contrato, por motivos alheios a sua vontade e sem infração de qualquer cláusula ou condição contratual, a indenização pelos materiais depositados no local, os quais passarão à propriedade da CONTRATANTE pelos preços constantes nas respectivas notas fiscais, sem prejuízo do pagamento dos serviços até então realizados.

III - Se a CONTRATANTE for obrigada a ingressar em juízo para cumprimento de qualquer cláusula deste Contrato, a CONTRATADA se obriga a pagar todas as despesas judiciais, inclusive verba honorária arbitrada em juízo.

IV - Este CONTRATO entra em vigor a partir da data de sua assinatura, satisfazendo as exigências legais. V - A responsabilidade pelo integral cumprimento deste Contrato é de obrigação das partes contratantes e, na falta delas, de seus legítimos sucessores.

VI - Fica expressamente esclarecido que tratando-se de Contrato de Prestação de Serviços, a CONTRATANTE não se obriga pelo pagamento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, as quais ocorrerão à exclusiva conta da CONTRATADA.

VII - Os casos omissos serão resolvidos pela parte CONTRATANTE de comum acordo.

VIII - As partes contratantes elegem o foro da Comarca de PASSAGEM-RN, Estado do Rio Grande do Norte, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, renunciando expressamente a outros quaisquer por mais privilegiados que se configurem.

E assim, estando as partes justas e contratadas, assinamos presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com testemunha presenciais abaixo assinado, para que produzam seus efeitos jurídicos e legais.

PASSAGEM/RN XX de XXXXXXXX de 20XX.

MUNICIPIO DE PASSAGEM/RN.
CONTRATANTE

EMPRESA XXXXX
CNPJ: XXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____ CPF: 2) _____ CPF:



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, sediada no(a) _____, declara, para os devidos fins da **TOMADA DE PREÇO Nº. XX/2022**, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Passagem/RN, _____ de _____ de 2022

Diretor ou representante legal – RG/CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO III

MODELO DECLARAÇÃO REFERENTE AO TRABALHO DE MENOR

TOMADA DE PREÇO Nº. XX/2022

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ____, portadora da Carteira de Identidade Nº. __e do CPF Nº. _____ **DECLARA**, para fins do disposto no inciso "V" Art. 27 da Lei Nº.8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei Nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis)anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Passagem/RN, _____ de _____ de 2022

Diretor ou representante legal – RG/CPF



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A

_____ (razão social na empresa), CNPJ Nº.:
_____ Com sede a (endereço completo), por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins da **TOMADA DE PREÇO nº. XX/2022**, DECLARA expressamente que cumpre plenamente os requisitos do presente edital para sua habilitação no presente certame licitatório.

_____, _____ de _____ de 2022

(assinatura do responsável pela empresa)

Nome ou carimbo:

Cargo ou carimbo:

Nº. da cédula de identidade e órgão emitente:

CPF: _____ RG: _____

OBS.: Esta declaração deverá ser juntada aos documentos de Credenciamento.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO V

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de prova das condições previstas na **TOMADA DE PREÇOS n.º XX/2022**, junto a Prefeitura Municipal de Passagem/RN, que a nossa empresa, através do seu responsável técnico, visitou o local onde serão executadas as obras licitadas, sendo do seu perfeito conhecimento as condições sem que serão cumpridos os objetivos do pleito, assim como de todas as informações relativas aos referidos serviços.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)

Observações: emitir em papel que identifique a **licitante**.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSAGEM/RN
CNPJ: 08.145.153/0001-39
RUA SENADOR DINARTE MARIZ, Nº 228, CENTRO, PASSAGEM/RN

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE SERVIDOR PUBLICO

TOMADA DE PREÇOS n.º XX/2022

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na rua _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, através de seu representante legal, Declara para os devidos fins, que não tenho relação familiar ou parentesco consanguíneo, em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive com Prefeito, a Vice-Prefeitura, o Procurador Geral do Município, os Secretários Municipais, o Presidente da Câmara e demais vereadores, os Presidentes ou Dirigentes de Autarquias, Institutos, Agências, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas, bem como com todos os demais ocupantes de cargos de direção, chefia ou assessoramento, RELACIONADOS AO MUNICÍPIO DE PASSAGEM-RN. Declaro ainda, que as informações prestadas são verdadeiras, assumindo a responsabilidade pelo seu interior teor, sob as penas da Lei

Cidade—(UF), de de 2022

(nome e número da identidade do declarante)